



A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: TENDÊNCIAS E OPORTUNIDADES

**Queli Ghilardi Cancian¹, Deisiane De Toni Alves², Anilton de Oliveira²,
Dariane Bagatoli², Vilmar Malacarne², Ana Prada³**

¹Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Cascavel, Brasil; Centro de Investigação em Educação Básica, Instituto Politécnico de Bragança, Bragança, Portugal (quelicancian@gmail.com/v03962@ipb.pt)

²Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Cascavel, Brasil

³Centro de Investigação em Educação Básica, Instituto Politécnico de Bragança, Bragança, Portugal

Resumo: Neste estudo, analisamos a evolução do Ensino Superior no Brasil e seus impactos na educação. Como metodologia, adotou-se uma abordagem exploratória, por meio de levantamento bibliográfico e análise de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Como resultado, destacamos o aumento do número de cursos e matrículas entre o censo 2017 e 2021, a expansão do ensino à distância e a necessidade de políticas públicas promotoras da equidade e da qualidade na Educação Superior.

Palavras-chave: Ensino Superior; Acesso à Educação; Inclusão social; Formação Profissional

INTRODUÇÃO

A educação superior representa um ponto crucial na trajetória educacional e profissional de milhões de indivíduos ao redor do mundo. Este nível de ensino não apenas oferece oportunidades de aprofundamento do conhecimento em áreas específicas, mas também promove o desenvolvimento de habilidades essenciais para a vida e a carreira.

Ao longo das últimas décadas, a educação superior tem passado por transformações significativas, impulsionadas por diversos factores, entre os quais, os avanços tecnológicos, as mudanças socioeconômicas e as demandas emergentes do mercado de trabalho. Nesse contexto dinâmico, questões relacionadas à acessibilidade, qualidade e relevância têm sido cada vez mais debatidas e priorizadas. Em outra perspectiva, pondera-se que a educação superior deve ir além de simplesmente preparar pessoas para o mercado de trabalho, abarcando a formação de cidadãos completos em múltiplos aspectos, em espaços de reflexão e construção de conhecimento.

O processo de formação no ensino superior está ligado à responsabilidade social da educação, o que implica em oferecer um ensino de qualidade, valorizar o desenvolvimento humano e formar profissionais

capacitados. Segundo Silva e Carvalho (2010, p. 16), “[...] sendo a escola o lugar de transformação no contexto social maior, é também na escola, especialmente na IES [instituição de ensino superior], que o indivíduo desenvolve sua visão crítica de mundo, revelando suas concepções políticas, humanas e sociais”. Assim:

A educação superior não se limita apenas à construção de conhecimentos e valores. Seu papel “público” é pertinente à sua responsabilidade social, quando ela passa a identificar as demandas sociais e intensificar a participação de seus colaboradores na aplicação de ações, atendendo às necessidades do cotidiano no qual está inserida. As Instituições de Ensino Superior são organizações sociais e, como tal, têm responsabilidades para com a sociedade, incluindo, obviamente, as comunidades internas – seus colaboradores – e externa (Maneia; Cuzzuol; Krohling, 2013, p. 04).

Conforme Delors et al. (2005), à educação cabe a responsabilidade tanto de transmitir conhecimento quanto de desenvolver habilidades práticas, seguindo um princípio de evolução, não apenas acumulando conhecimento de forma infinita e estática. Diante

desse processo evolutivo do conhecimento, é essencial explorar, buscar, conhecer, modernizar, aprofundar e enriquecer o conhecimento já adquirido, visando constantemente o avanço científico na construção dos saberes (Cancian, 2020). Nessa direção, aponta-se a necessidade de conhecer os diferentes aspectos da formação de cidadãos completos e profissionais capacitados, bem como sua contribuição para o desenvolvimento social, econômico e cultural do país, estabelecendo-se assim, o objetivo geral de análise da evolução do Ensino Superior (ES) no Brasil e seus impactos na educação. Além de mapear o crescimento do ensino superior, o estudo se justifica ao analisar as implicações sociais na educação, levando em conta o perfil dos estudantes e as diversas modalidades de ensino presentes no ensino superior brasileiro.

Os resultados e discussões do estudo são apresentados em duas categorias centrais: formação no ensino superior e expansão do ensino superior no Brasil, definidas a partir da matriz de especificações apresentada na metodologia.

MATERIAL E MÉTODOS

Para conduzir este estudo, optamos pela pesquisa exploratória devido à sua capacidade de oferecer uma perspectiva abrangente sobre o tema. Isso foi alcançado por meio de um levantamento bibliográfico que abrangeu estudos, leis e regulamentos relacionados à educação superior, bem como pela análise dos dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo ao ponderar “[...] diferentes formas e métodos de abordar a realidade educativa que estão implícitos diferentes pressupostos que precisam ser desvelados” (Gamboa, 2007, p. 24).

Para a construção do corpus da pesquisa, foram considerados os seguintes passos: localização e análise dos documentos e leis regulamentadoras do ES, indicadores da expansão e desenvolvimento do ES, orientado pela análise dos dados do INEP. Para guiar este estudo, utilizamos a matriz de especificações apresentada no quadro 1, elaborada seguindo o modelo proposto por Tavares (2018). Esta matriz foi empregada para direcionar e delimitar a coleta e o tratamento dos dados.

Quadro 1: Matriz de especificações

Dimensões	Objetivos	Metas
Caracterização do estudo	Identificar a cultura científica no processo de formação profissional.	Descrever o processo de formação do Ensino Superior;
	Compreensão do papel desempenhado pelo ensino superior na formação do cidadão;	
	Identificação das diretrizes educacionais e prática institucionais.	
	Análise da expansão do Ensino Superior.	Identificar o crescimento do Ensino Superior no Brasil
Fontes bibliográficas	Exploração das leis e documentos norteadores do Ensino Superior;	Sistematizar os dados no corpus do estudo
	Exploração da temática desenvolvida em pesquisas correlacionadas.	

Fonte: elaborado pelos autores (2024)

Para análise dos dados optou-se pela análise de conteúdo, conforme Moraes (1999, p. 2), em que destaca que o método é utilizado para descrever e interpretar informações e dados “[...] conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum”.

A partir das metas apresentadas na matriz de especificações, definiu-se duas categorias centrais para apresentação e discussão dos dados: ‘*Formação no Ensino Superior*’ e ‘*Expansão do Ensino Superior no Brasil*’.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Formação no ensino superior

A formação profissional não deve ser considerada como um símbolo de *status*, luxo ou excesso, mas sim como uma necessidade fundamental para enfrentar as contínuas transformações provocadas pela globalização. Um dos principais propósitos da educação superior é satisfazer a demanda econômica e do mercado de trabalho em constante evolução, que busca indivíduos cada vez mais instruídos, educados e profissionalmente capacitados (Cancian, 2020).

A trajetória que leva ao ensino superior começa na educação básica, onde a Ciência desempenha um papel fundamental na formação dos estudantes, fornecendo-lhes o conhecimento essencial para se



tornarem cidadãos ativos. A escola, por sua vez, tem a responsabilidade de introduzir a Ciência na vida dos estudantes, transmitindo conhecimentos científicos e inculcando valores sociais associados ao conhecimento (Cancian, 2020).

Nos primeiros anos da educação formal, a Ciência compromete-se a fomentar a alfabetização científica não apenas por meio da aquisição de habilidades de escrita e leitura, mas também por intermédio da compreensão simbólica que facilita a transmissão de expressões, ideias, sentimentos e emoções, entre outras coisas. Isso abre portas para diversas oportunidades sociais, como na economia, na cultura e no desenvolvimento cognitivo e linguístico, tanto para o indivíduo quanto para os outros membros de sua comunidade (Lorenzetti; Delizoicov, 2001).

O ensino da Ciência, com seus métodos, conteúdos e linguagem, possibilita o pleno desenvolvimento do aluno, transformando-o em um indivíduo crítico, reflexivo, pensante, ativo e corresponsável pelo futuro da sociedade (Cancian, 2020). Segundo Fagundes e Pinheiros (2014, p. 12), o conhecimento deve apreciar “[...] além da dimensão intelectual, a dimensão social, cultural, política, científica, dentre outras, revelando o reconhecimento da educação escolar como fator relevante na formação humana”.

Conforme Lorenzetti e Delizoicov (2001, p. 8-9), a alfabetização científica, precisa ser “[...] compreendida como o processo pelo qual a linguagem das Ciências Naturais adquire significados, constituindo-se um meio para o indivíduo ampliar o seu universo de conhecimento, a sua cultura, como cidadão inserido na sociedade”. Nesse contexto, o Ensino Médio representa a fase final da Educação Formal na base educacional. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96, os Estados têm a responsabilidade progressiva de tornar o Ensino Médio obrigatório, aumentando o número de vagas disponíveis para atender a todos os concluintes do Ensino Fundamental, conforme determinado pelo Plano Nacional de Educação (PNE) (Brasil, 1996).

Conforme determina o Art. 35 da seção IV da LDB:

O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, como finalidades:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar

com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (Brasil, 1996, art. 35).

Ainda, é norteado pela Base Nacional Comum Curricular, que define os objetivos da aprendizagem, segundo as diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento, “Incluído pela Lei n.º 13.415, de 2017”,

I - linguagens e suas tecnologias;

II - matemática e suas tecnologias;

III - ciências da natureza e suas tecnologias;

IV - ciências humanas e sociais aplicadas (Brasil, 2017, art.35).

Após concluir a Educação Básica, os alunos se deparam com a oportunidade de prosseguir seus estudos por meio do ensino superior. Mas o que exatamente é o ensino superior? Também conhecido como educação superior ou ensino terciário, é uma etapa avançada do sistema educacional, oferecida em universidades, centros universitários, faculdades, institutos politécnicos, ensino técnico superior e outras instituições similares. Durante esse período, os estudantes, chamados de "graduandos", têm a oportunidade de obter diplomas profissionais ou graus acadêmicos ao completarem seus cursos.

Para Sampaio (2014), o sistema que engloba o ensino superior está se expandindo continuamente, tornando-se cada vez mais amplo e complexo em diversos aspectos, como origens, trajetórias e configurações. Atualmente, o número de matriculados no ensino superior é significativamente maior e mais diversificado em relação à idade, sexo, nível socioeconômico, cor, etnia, motivações, padrões, preocupações, expectativas e objetivos profissionais, o que evidencia a importância fundamental da formação acadêmica.

No Brasil, o Ensino Superior inclui instituições tanto públicas quanto privadas, conforme estabelecido no artigo 45 da LDB 9394/96, que prevê que o ensino superior pode ser oferecido por instituições de ensino públicas ou privadas, com diferentes graus de abrangência ou especialização (BRASIL, 1996). Nessa direção, o artigo 44 da LDB define que tipo de cursos e programas de educação superior poderão ser ofertados pelas instituições, que se expressam em:



I - cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente (Redação dada pela Lei n.º 11.632, de 2007);

II - de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

III - de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;

IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

Conforme Stallivieri (2013), o crescimento do ensino superior tem facilitado o acesso da população aos cursos de graduação. As variedades de modalidades de cursos oferecidos têm aberto novas oportunidades de acesso a esses cursos. Diante desse processo de diversificação das modalidades disponíveis, as IES têm optado por flexibilizar o currículo e implementar novas diretrizes curriculares. Essa decisão resulta na ampliação e diversificação das opções de cursos oferecidos, proporcionando maior autonomia de escolha aos futuros estudantes.

Nas IES, os cursos de graduação são os mais procurados. Eles visam preparar os estudantes para suas carreiras profissionais, com base nos conhecimentos adquiridos (Gaeta; Masetto, 2019). Para ingressar em um curso de graduação, os candidatos devem cumprir requisitos básicos, como ter concluído o Ensino Médio e ser aprovado nos processos seletivos. Ao término do curso, os estudantes podem obter um diploma reconhecido nacionalmente de tecnólogo, bacharelado ou licenciatura, o que permite a continuidade dos estudos em programas de pós-graduação.

Em sintonia com a tendência global e os avanços tecnológicos, surge a modalidade de ensino à distância (EaD), caracterizada por utilizar a tecnologia para atender às necessidades de pessoas que buscam qualificação profissional, mas enfrentam limitações de tempo ou recursos financeiros para frequentar aulas presenciais. Atualmente, o EaD oferece três modalidades de cursos: graduação, cursos técnicos e cursos livres. Além disso, observa-se uma crescente demanda por programas de pós-graduação nessa modalidade,

embora estes não se enquadrem no nível de ensino superior. É importante ressaltar que os cursos de graduação e tecnólogos ministrados a distância conferem aos alunos os mesmos direitos de diploma ou certificação de ensino superior que os cursos presenciais (Gomes, 2019).

O ensino à distância, o EaD, oficializa-se mediante ao decreto n.º 5.622, de 19 de dezembro de 2005, da Lei 9.394, de 1996, capítulo I, na qual prescreve-se:

Art.9. O ato de credenciamento para a oferta de cursos e programas na modalidade a distância destina-se às instituições de ensino, públicas ou privadas.

Parágrafo único. As instituições de pesquisa científica e tecnológica, públicas ou privadas, de comprovada excelência e de relevante produção em pesquisa, poderão solicitar credenciamento institucional, para a oferta de cursos ou programas a distância de: I - especialização; II - mestrado; III - doutorado; e IV - educação profissional tecnológica de pós-graduação (Brasil, 2005, art. 9).

Gomes (2019) aponta que entre as vantagens do ensino à distância, destacam-se a economia, a flexibilidade, a conveniência e a inovação. Os custos dos cursos são geralmente mais baixos em comparação com os cursos presenciais. Além disso, os cursos EaD oferecem flexibilidade, permitindo que os alunos assistam às aulas no momento que melhor se adequar à sua agenda, já que as aulas são gravadas e as atividades estão disponíveis online. Isso significa que há pouca necessidade de presença física, geralmente apenas para realizar exames. Esses cursos são convenientes porque não requerem uma rotina de estudo fixa. A inovação é uma característica marcante do ensino à distância, que se beneficia das tecnologias e recursos disponíveis.

Contrapondo às vantagens mencionadas, Alonso (2010) descreve algumas desvantagens do sistema de ensino à distância ao apontar. O problema do uso de determinadas tecnologias nos processos educativos não se restringe à eficiência e eficácia que isso poderia imprimir aos projetos/programas de ensino. Tratar da EaD e das TIC implica políticas públicas e institucionais, financiamento e projetos “instituidores” de alternativas pedagógicas, identificados com os princípios da democratização da escola em seus vários níveis, entendidos como de acesso e permanência com qualidade no sistema público de ensino. Esses compromissos, embora banalizados em seus sentidos, são aqui reafirmados justamente pelo fenômeno da expansão do ensino superior observado com mais intensidade nos últimos 12 a 15 anos, e do qual não poderíamos desvincular a EaD. Ao reduzir, no entanto, o uso das TIC como algo



mais afeto à oferta dessa modalidade, particulariza-se problemática que tem maior abrangência e implicações que somente a de promover interações em projetos/programas de formação não presenciais (Alonso, 2010, p. 1323).

Conforme Gaeta e Masetto (2019, p. 17) “[...] seja qual for o tipo de instituição, o nível de ensino da graduação tem o propósito de desenvolver a formação profissional, a integração de conhecimentos e competências vinculados a uma profissão em determinado contexto”. Os autores também destacam a existência dos cursos sequenciais no ensino superior, que podem ser de formação específica, conferindo o direito a um diploma (apesar de não serem considerados graduações), e os cursos de complementação, que concedem apenas um certificado.

Conforme é destacado no Guia de Carreira (2020), os cursos de licenciatura e bacharelado compartilham algumas semelhanças: ambos podem ser cursados em instituições públicas ou privadas, são de nível superior e estão disponíveis em diversas opções, incluindo modalidades de ensino à distância. A principal diferença entre esses cursos está no foco: a licenciatura prepara professores e educadores habilitados para atuar no ensino fundamental e médio, enquanto o bacharelado tem um caráter mais abrangente, permitindo que o profissional trabalhe em diversas áreas dentro de sua especialidade. Em resumo, o bacharel é formado para exercer funções mais amplas no mercado.

Expansão do Ensino Superior no Brasil

A expansão do Ensino Superior vem ocorrendo gradativamente. Para acompanhar essa evolução, o instrumento mais abrangente é o Censo da Educação Superior, conduzido anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), “[...] órgão responsável por organizar e manter o sistema de informações e estatísticas educacionais”, normatizado conforme a Lei n.º 9.448/1997, transformado em autarquia federal (MEC/Inep, 2020, n.p.)

O objetivo do censo é produzir informações confiáveis que permitam acompanhar estatisticamente a Educação Superior, e subsidiar ao MEC indicadores que fundamentam o desenvolvimento de políticas públicas e melhorem a qualidade da educação. Para o levantamento dos dados,

O Censo da Educação Superior utiliza as informações do cadastro do Sistema e-MEC, em que são mantidos os registros de todas as

instituições, seus cursos e locais de oferta. A partir desses registros, o censo coleta informações sobre infraestrutura das instituições de educação superior, vagas oferecidas, candidatos, matrículas, ingressantes, concluintes e docentes, nas diferentes formas de organização acadêmica e categoria administrativa (MEC/INEP, 2020, n.p).

A sinopse estatística dos dados apresentados pelo Censo da Educação no ES nos permite uma visão global do desenvolvimento do sistema de ensino. Nessa direção, analisamos alguns dados apresentados de forma comparativa entre 2017 e 2021. Na tabela 1, a seguir, são apresentados os dados Gerais por categoria Administrativa e dados comparativos.

Tabela 1: Estatística Gerais da Educação Superior, por Categoria Administrativa- 2017 e 2021

Ano	Estatísticas Básicas	Total Geral	Categoria Administrativa				Privada
			Pública				
			Total	Federal	Estadual		
2017	Número de instituições	2.448	296	109	124	63	2.152
	Curso	35.380	10.425	6.353	3.487	585	24.955
	Matrícula	8.286.663	2.045.356	1.306.351	641.685	97.140	6.241.307
	Ingresso Total	3.226.644	589.586	380.536	181.665	27.385	2.636.663
	Concluintes	1.199.769	251.793	151.376	83.951	16.466	947.976
2021	Número de instituições	2.574	313	119	134	60	2.261
	Curso	43.085	10.856	6.842	3.409	605	32.229
	Matrícula	8.986.554	2.078.661	1.371.128	633.748	73.748	6.907.893
	Ingresso Total	3.944.897	492.141	320.759	151.226	20.156	3.452.756
	Concluintes	1.327.188	219.342	128.771	76.244	14.327	1.107.846

Fonte: Dados estatísticos do MEC/Inep (2019-2022)

Da comparação entre os Censos de 2017 e de 2021, observam-se as seguintes informações:

=>Em relação ao número de cursos constata-se um aumento de 7.705 ($\pm 21,8\%$), desses 431 (4%) em instituições públicas 7.274 ($\pm 29,1\%$), dados que demonstram que a criação em números de cursos nas instituições privadas é aproximadamente dezessete vezes maior em relação às instituições públicas;

=> Quanto ao número de matrículas, constata-se um aumento em números reais de 33.305 (1,6%) nas instituições públicas e 666.586 (10,7%) nas instituições privadas, a partir dos dados observa-se que embora as instituições privadas tenham ofertado maior número de cursos, ainda assim o número existe proximidade no número efetivo de matrículas;

=>Sobre o número de ingressantes constata-se uma diminuição no número de 97.445 (16,5%) em instituições públicas, nas instituições privadas houve um aumento de 816.093 (30,9%), comparando as instituições públicas e privadas no ano de 2021 observa-se um aumento de 2.960.615 (60,6%) no



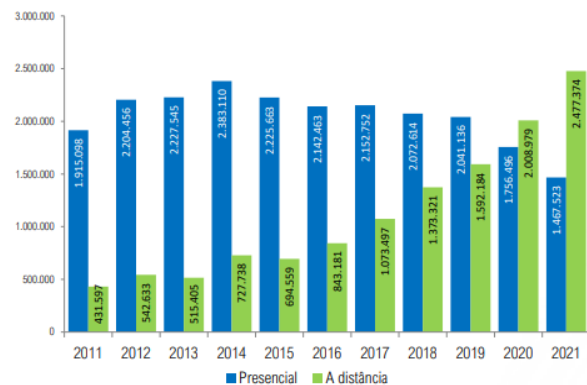
número de ingressantes nas IES privadas em relação ao número de ingressantes nas IES públicas;
=>Sobre os concluintes no ano de 2021, houve uma redução 32.451 (12,9%) de concluintes em relação ao ano de 2017, quanto às instituições privadas houve aumento de 159.870 (16,8%). Em comparação ao número de concluintes ao número de matrículas observa-se o percentual médio de 16,8% em IES públicas e 16,1% em IES privadas.

No Brasil, a expansão da ES se iniciou no final dos anos 1990 e encontrou na rede privada, seu principal motor expansionista. Nessa direção, os dados do Censo de 2021 apontam que 76,9% das matrículas na ES de graduação são em IES privadas, as quais contam com “[...] mais de 6,9 milhões de alunos, garantindo uma participação de quase 77% do sistema de educação superior” (MEC/Inep, 2022, slide 24).

Em relação à distribuição por grau acadêmico, no ano de 2021, houve o ingresso de 3.944.897 alunos, desses 55% em cursos bacharelados; 30% em cursos tecnológicos e 15% em cursos de licenciaturas. O censo registrou queda de -12,8% nos cursos de Licenciatura entre 2020 e 2021 (MEC/Inep, 2022). Esses dados são motivo de grande preocupação, especialmente considerando a crescente demanda por profissionais capacitados nas áreas de licenciatura. Algumas disciplinas, como química, física e matemática, já enfrentam escassez de profissionais, o que acentua ainda mais a necessidade de atenção e ação nessas áreas.

Em relação ao número de vagas ofertadas por modalidade de ensino, o censo de 2021 aponta que em 2014 o ensino EaD disponibiliza 3.042.977 vagas, enquanto o ensino presencial ofertava 5.038.392, ou seja, 14,7% a mais de vagas em relação a EaD, porém, em 2018 ocorre a inversão desses números e a EaD passa gradativamente a ofertar mais vagas do que o ensino presencial. Os dados do censo apontam ainda uma variação de 2020-2021 de +23,8% na modalidade EaD, e -2,8% no ensino presencial, demonstrando o encolhimento da modalidade. Os dados contribuem ao demonstrar a tendência de ensino, contudo, acende um alerta ao apontar o encolhimento dos cursos presenciais, que pode significar não só perda na qualidade do ensino, mas também de conquista de espaço formativo. Considerando os ingressantes por modalidade de ensino, a seguir apresentamos o gráfico estruturado pelo MEC/Inep (2022), com dados de 2011 - 2021.

Gráfico 1: Número de Ingressantes em cursos de Graduação Brasil 2011-2021

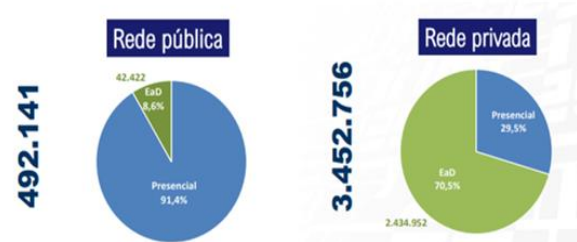


Fonte: Censo da Educação Superior 2021 (MEC/Inep, 2022, slide 21).

Comparados os dados de 2011 e 2021, observamos a diminuição no número de ingressantes nos cursos presenciais no ano de 2021, representando 447.575 estudantes ingressantes a menos, número que demonstra uma queda substancial de mais de 23%, enquanto os cursos à distância tiveram um aumento em número real de ingressantes de 2.045.777, representando um crescimento de mais de 374%. O crescimento da EaD vem sendo registrado desde 2011, em especial nas IES privadas. Em 2020, observa-se que o ensino à distância já ultrapassa em 14,3% o ensino presencial, tornando essa diferença ainda mais significativa em 2021.

Vários fatores contribuem para o rápido crescimento dos cursos a distância, incluindo flexibilidade, conveniência, acessibilidade e custos mais baixos. Além disso, a pandemia recente atuou como um fator adicional que impulsionou a busca por essa modalidade de ensino. Ao longo dos anos, o ensino a distância tem atraído um número crescente de adeptos, principalmente aqueles que veem nessa abordagem uma maneira de obter um diploma de Ensino Superior. No entanto, muitos optam por essa modalidade devido a considerações logísticas, em vez de priorizarem a qualidade da formação oferecida. Outro dado importante apresentado pelo censo, é o número de ingressantes por rede e modalidade de ensino, apresentado no gráfico 2, a seguir.

Gráfico 2: Número de ingressantes de cursos de graduação, por rede e modalidade de ensino – Brasil 2021





Fonte: Censo da Educação Superior 2021 (MEC/Inep, 2022, slide 40).

Os dados do censo de 2021 demonstram que as IES privadas são responsáveis por 70,5% das matrículas em cursos à distância, em números reais representa 2.960.615 a mais em comparação a rede pública. Retomando os dados do ingresso total dos estudantes, observa-se que o exponencial crescimento está diretamente ligado aos cursos de EaD. Conforme o MEC/ Inep (2022),

Desde o ano de 2016, a matrícula em cursos presenciais na rede privada de educação superior tem diminuído e esse comportamento é acompanhado pelo aumento do ritmo de crescimento dos cursos EaD. Em 2021, o número de matrículas em cursos a distância da rede privada ultrapassa o número de matrículas em cursos presenciais [...].

Nos últimos 10 anos, a educação a distância vem aumentando sua participação na educação superior. Em 2011, a modalidade EaD representava 14,7% das matrículas de graduação. Em 2018, ultrapassou a marca de 2 milhões de alunos, e, em 2021, alcança 3,7 milhões, o que representa mais de 41% dos alunos de graduação no país (MEC/Inep, 2022, slide, 33 e 37).

Por outro lado, Bielschowsky (2018) ressalta a presença de disparidades preocupantes nas avaliações realizadas nas IES, ao comparar um curso na modalidade presencial com sua versão EaD, indicando uma possível ausência de critérios consistentes de qualidade na segunda modalidade. Sobre os dados apresentados em relação à EaD cabe a seguinte reflexão: por que tamanha disparidade no número de ingressantes entre as redes de ensino? Acreditamos que a escolha pelos cursos à longa distância, além de ser uma tendência, foi impulsionada pela pandemia da Covid-19, já que, ainda em 2021, havia muitas dúvidas sobre como seriam as atividades de ensino. Assim, a EaD tornou-se um marco de segurança aos ingressantes, dadas as condições sanitárias do país. No entanto, embora a pandemia tenha acelerado sua disseminação, persistem desafios na implementação dessa modalidade.

Rybalko *et al.* (2023) discutem a relevância crescente da EaD em 2023, impulsionada pelo aumento da popularidade e da demanda por proficiência tecnológica dos estudantes. Para os autores, o ensino remoto oferece oportunidades tecnológicas, mas enfrenta problemas técnicos, falta de acesso à Internet e preocupações com a proteção de dados pessoais. Além disso, enfoca a proliferação de cursos online, o que pode limitar a interação entre estudantes e

professores, podendo afetar a qualidade do ensino. Neste viés, propõem a intensificação desta interação, por meio de programas personalizados (Rybalko *et al.*, 2023).

A grande expansão do ES à distância, deve ser considerada a partir da reflexão sobre as oportunidades e a qualidade do ensino. A educação remota mantém sua relevância, mas requer abordagens proativas para resolver os problemas emergentes e garantir sua eficácia futura. Ponderamos que sua abordagem deve ser abrangente, englobando capacitação dos professores, desenvolvimento da infraestrutura técnica, engajamento dos alunos e a avaliação e melhoria contínuas. Assim, apontamos a necessidade dessa modalidade ser repensada de forma que possa atingir maiores índices de qualidade no ensino, orientada pelos princípios do ES, e em prol da construção do cidadão crítico, reflexivo, pensante e apto para o exercício profissional e social.

CONCLUSÃO

A ES assume a responsabilidade pela formação integral do cidadão, orientando a construção do conhecimento e promovendo o desenvolvimento humano. Os resultados ressaltam a progressão do ES fundamentado nas legislações e regulamentações educacionais, juntamente com a consideração da sua responsabilidade social e do seu papel transformador. Isso destaca seu impacto no desenvolvimento econômico, cultural e social do país, evidenciando a complexidade e a importância da educação no ES como agente de transformação social.

No desenvolvimento do estudo, buscou-se enfatizar a importância de uma ES de qualidade na formação de profissionais capacitados. Neste contexto, a formação no ES foi explorada enquanto organização, destacando o seu papel enquanto espaço de responsabilidade, abordando desde a base da educação até o ingresso e a variedade de modalidades oferecidas, como o ensino à distância.

Considerando a Expansão do ES no Brasil, a análise estatística do crescimento do Sistema Educacional apresentado pelo INEP, evidenciou mudanças significativas, entre o censo de 2017 e 2021, como o aumento do número de cursos e matrículas, bem como a expansão da modalidade de ensino à distância. Contudo, apontam-se algumas preocupações, como a diminuição do número de estudantes ingressantes em cursos presenciais e a redução dos cursos de licenciatura, refletindo sobre os desafios que demandam atenção. Pondera-se, ainda, a compreensão intuitiva dos desafios e tendências enfrentados no sistema educacional brasileira, enfatizando a necessidade de políticas públicas que promovam a



equidade da Educação Superior, bem como da qualidade do ensino.

Diante dessas reflexões, faz-se importante reconhecer a necessidade de uma abordagem holística na educação superior, mas que considere não apenas a capacitação para o mercado de trabalho, mas também a formação do estudante na totalidade, em aspectos críticos, reflexivos e engajados socialmente. Essa abordagem requer um olhar mais criterioso, que possa direcionar ações para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes, investimentos adequados, além do compromisso coletivo de todos os agentes para com a qualidade e a proeminência da Educação Superior no desenvolvimento da sociedade.

AGRADECIMENTOS

A agência de fomento CAPES, pelo reconhecimento e apoio ao desenvolvimento científico, ao Centro de Investigação em Educação Básica pelo acolhimento no doutorado sandwich.

REFERÊNCIAS

Alonso, K. M. A expansão do ensino superior no Brasil e a EaD: dinâmicas e lugares. **Educação & Sociedade**, 2010, v.31, n.113, p.1319-1335. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302010000400014&script=sci_arttext. Acesso em: 30 abr. 2020.

Bielschowsky, C. E. Tendências de precarização do ensino superior privado no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 36, n. 1, 2018.

Brasil. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB). **Lei n.º 9.394**, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 11 mar, 2020.

Brasil. **Lei n.º 13.415**, de 16 fevereiro de 2017, art. 35-A. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 29 abr. 2020.

Brasil. Ministério da Educação (MEC). **Decreto n.º 5.622**, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/portarias/dec5.622.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2020

Delors, J. *et al.* **A educação para o século XXI: questões e perspectivas**. Porto Alegre: Artmed, p. 26, 2005.

Fagundes, E. M.; Pinheiro, N. A. M. Considerações acerca do ensino de Ciências nos anos iniciais do Ensino Fundamental. **Revista Práxis**, v.1, n. 12, p. 11- 26, dez. 2014.

Gaeta, C.; Masetto, M. T. O professor iniciante no ensino superior: aprender, atuar e inovar. **Editora Senac** São Paulo, 2019. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-PT&lr=&id=g6-2DwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=como+ocorre+a+forma%C3%A7%C3%A3o+do+professor+de+nivel+superior+artigos+de+2019+acima&ots=9Vh7XVCDpg&sig=7ST39QxlKB-JEKqQaiYr5WKXrgY#v=onepage&q=como%20ocorre%20a%20forma%C3%A7%C3%A3o%20do%20professor%20de%20nivel%20superior%20artigos%20de%202019%20acima&f=false>. Acesso em: 20 mar. 2020.

Gamboa, S. S. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. Chapecó: Argós, 2007.

Gomes, D. **O que é EaD: conceito, característica, vantagens e muito mais!** Blog do Samba, 2019. Disponível em: <https://sambatech.com/blog/insights/o-que-e-ead/>. Acesso em 30 abr. 2020.

Guia de Carreira. **Guia de Carreira**> Educação.2020. Disponível em: <https://www.guiadacarreira.com.br/educacao/diferenca-entre-bacharelado-e-licenciatura/>. Acesso em: 17 mar. 2020.

Lorenzetti, L.; Delizoicov D. **Alfabetização científica no contexto das séries iniciais. Ensaios-Pesquisa em Educação em Ciências, Belo Horizonte, MG**, v. 3, n. 1, p. 1-17, jan. 2001. Disponível em: <http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/ensaio/article/viewArticle/35>. Acesso em: 20 abr.2020.

Maneia, A.; Cuzzuol, V.; Krohling, A. A educação ambiental e a responsabilidade socioambiental nas práticas ambientais em instituições de ensino superior no Brasil. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 13, n. 13, p. 2716-2726, 2013.

MEC/Inep. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Sinopse



- Estatística da Educação Superior 2021. [Online]. Brasília: **Mec/Inep**, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf. Acesso em: 24 jan. 2023.
- Cancian, Q. G. **Trabalho e Ciência**: Um olhar para a saúde e qualidade de vida dos professores universitários. 2020. 286f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de concentração: Sociedade, Estado e Educação, Linha de Pesquisa: Formação de Professores, processo de Ensino e Aprendizagem, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2020.
- MEC/Inep. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Histórico. [Online]. Brasília: **Mec/Inep**, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/historico>. Acesso em: 25 jan. 2023.
- MEC/Inep. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Resumo Técnico do censo da Educação Superior 2017. [Online]. Brasília: **Mec/Inep**, 2019. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2017.pdf. Acesso em: 26 jan. 2023.
- MEC/Inep. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Sinopse Estatística da Educação Superior 2021. [Online]. Brasília: **Mec/Inep**, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf. Acesso em: 24 jan. 2023.
- Moraes, R. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, RS, v. 22, n. 37, p. 7- 32, 1999.
- Rybalko, A. *et al.*. Ensino a distância 2023: Tendências, desafios, problemas. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 27, 2023. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/18583/16728>. Acesso em: 24 abr. 2024
- Sampaio, H. Diversidade e diferenciação no ensino superior no Brasil: conceitos para discussão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, n.84, p. 43-55, 2014.
- Silva, C. L. da; Carvalho, V. A responsabilidade social no ensino superior: da origem ao cotidiano educacional. 2010. Disponível em: http://www.bmes.org.br/dowland/associados/publicacoes/revista_estudos/n4.pdf. Acesso em: 18 abr. 2024
- Stallivieri, L. O Sistema De Ensino Superior Do Brasil: Características. **Tendências E Perspectivas**, p. 2-22, 2013.
- Tavares, M. Literacia científica sobre sismos: um estudo com alunos açorianos no final do 1. o CEB e respetivos pais. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) - Universidade do Minho, 2018.